

# A Europa, a China e o futuro da democracia

## Iniciativa Política

Relativa ao *Mapa Europeu de Políticas*, Desafio '+1' – Reforma da UE

**Autoria:** Jan Beselin (Volt Deutschland) e Hartwig Bögeholz (Volt Deutschland), com contributos de várias discussões no WP.

## Sumário

**A Proposta** (página 2)

**I. A importância de definir uma política para a China** (página 2)

**II. Abordagem do Volt Europa** (página 2)

**III. A RPC atualmente** (página 3)

A. Direitos Humanos (página 4)

*Supressão das minorias étnicas (página 4)*

*Repressão política dos defensores dos direitos humanos, jornalistas e outros (página 5)*

*Hong Kong (página 5)*

*Estrangeiros (página 6)*

*A universalidade dos direitos humanos (página 6)*

*Políticas Recomendadas (página 7)*

B. Clima (página 8)

*Políticas Recomendadas (página 9)*

C. Europa (página 9)

*Políticas Recomendadas (página 11)*

D. Cooperação para o Desenvolvimento (página 12)

*Políticas Recomendadas (página 15)*

E. Cadeias de abastecimento, desigualdade comercial, tecnologia e 5G (página 16)

*Políticas Recomendadas (página 19)*

F. Mar da China Meridional (página 20)

*Políticas Recomendadas (página 21)*

G. Taiwan (página 22)

*Políticas Recomendadas (página 22)*

H. Futuro da China (página 23)

*Políticas Recomendadas (página 24)*

## A Proposta

Com este documento propomos alterar o Mapa Europeu de Políticas da seguinte forma:

No **Desafio '+1' - Reforma da UE** → **"Reforma da Política Externa e de Vizinhança"** acrescentar a categoria **"E. Política da UE para a China"**.

O conteúdo desta nova categoria será composto por todos os parágrafos de recomendação de políticas enumerados no presente documento.

Reconhecemos que um grupo político está presentemente a trabalhar para completar a política externa do Volt em assuntos que ainda não estão cobertos pelo MEP. A proposta UE-China faz parte da política externa do Volt e pode agora ser incluída no MEP.

## I. A importância de definir uma política para a China

Anos de crescimento económico de dois dígitos, uma indústria em rápida modernização, uma indústria militar em rápido desenvolvimento e uma vasta população elevaram a proeminência da China à de uma superpotência emergente. As suas capacidades e dimensão tornam a China essencial para enfrentar os desafios globais, mas também conferem ao governo chinês uma influência significativa nos assuntos internacionais. O regime autoritário do Partido Comunista Chinês (PCC) com o seu desrespeito pelos princípios democráticos a nível interno, e muito menos no estrangeiro, levanta novos desafios.

A complexidade da China dá origem a equívocos, o que, por sua vez, causa julgamentos políticos errados. O peso da China na arena mundial e a sua natureza complexa justificam uma abordagem feita por medida. Este documento político lança luz sobre os desafios que a China traz para a Europa e fornece uma abordagem baseada em valores para os enfrentar eficazmente.

## II. Abordagem do Volt Europa

O Volt Europa luta por uma colaboração pacífica, construtiva e respeitosa com países e governos estrangeiros para enfrentar desafios de interesse mútuo, para aprofundar a cooperação e desenvolver novas oportunidades - inclusive com a República Popular da China (RPC). Ao mesmo tempo, o Volt acredita que as relações externas da Europa devem basear-se no respeito pelo multilateralismo pacífico, pela ordem baseada em leis, pela universalidade dos princípios democráticos, pelos direitos humanos e pela sustentabilidade.<sup>1</sup> A enorme (potencial) força económica da Europa proporciona-lhe a alavancagem de que necessita para desempenhar um papel importante nas relações internacionais.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Os direitos humanos estão no cerne tanto da ONU como da UE.

<sup>2</sup> A Europa é simultaneamente a maior fonte de investimento direto estrangeiro e de fundos de cooperação para o desenvolvimento e tem uma economia que é vários milhares de milhões de euros superior à da China, em termos de PIB nominal (2019).

Aplicamos as mesmas convicções inseparáveis nas nossas relações com todos os países e regiões do mundo - incluindo a RPC. Com esta base, o Volt está empenhado em promover uma colaboração construtiva entre a Europa e a China, sem renegar os nossos principais compromissos. O Volt Europa sublinha que a UE deve falar em uníssono e agir por unanimidade. O Volt Europa defende a coordenação desta abordagem em cooperação com nações e parceiros estratégicos que enfrentam desafios semelhantes em relação à RPC.

Isto não significa de forma alguma que queremos negar ao povo chinês a sua ascensão económica. Sem qualquer reserva, o Volt Europa reconhece o feito histórico de centenas de milhões de chineses para se libertarem da pobreza. Este feito único, que erradicou a fome e a miséria num curto período, merece o apreço do mundo. Cada ser humano tem o direito de viver uma vida livre da fome e da opressão.

### III. A RPC atualmente

Quando a política de reforma da China começou, nos finais dos anos 70, as restrições de antigamente foram sendo gradualmente levantadas, permitindo que a sua vasta população se envolvesse em atividades económicas, o que levou centenas de milhões de chineses a aproveitarem as novas oportunidades económicas. Este clima positivo deu origem a uma maior cooperação internacional,<sup>3</sup> o que, por sua vez, aumentou as expectativas de que isto aceleraria a transição da RPC para uma economia de mercado aberta.

Seguindo o modelo segundo o qual a riqueza conduz à reforma política, muitos esperavam que a RPC se tornasse cada vez mais democrática e livre.<sup>4</sup> Durante décadas, os países democráticos envolvidos com a RPC encorajaram a sua participação cada vez maior na comunidade internacional e o seu compromisso credível com um sistema multilateral.

A realidade de hoje apresenta um quadro completamente diferente. Sob Xi Jinping, o PCC levou o seu poder a um novo nível: está omnipresente em todos os setores da China, incluindo o governo, as empresas, o exército, a academia e a sociedade civil. Uma ameaça contra o partido é considerada uma ameaça contra o país como um todo, o que lhe confere os instrumentos para suprimir aqueles que discordam das escolhas de governação do PCC. A divinização de Xi Jinping e a sua consolidação de poder asfixia a reforma interna no PCC à medida que os quadros que promovem os interesses do país em detrimento dos da liderança são expulsos da hierarquia.

Tudo isto constitui uma nova realidade. A liderança da RPC está a seguir um rumo que coloca desafios de longo prazo à paz global e prejudica, ou mesmo ataca, a universalidade dos princípios democráticos - uma realidade diferente de qualquer outra.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Um dos exemplos mais proeminentes é o da Volkswagen. Depois de ter iniciado contactos em 1978, foi em outubro de 1984 que a SAIC Volkswagen Corporation Ltd, a primeira joint-venture do Grupo Volkswagen na China, estabeleceu as suas bases em Xangai. Atualmente, a SAIC é o maior fabricante de automóveis da China.

<sup>4</sup> Tal como sugeria a opinião pública da época, muitas pessoas acreditavam que não seria possível combinar um mercado aberto com um modelo de Estado autoritário, mesmo que algumas vezes já em 1989 afirmassem que na China tal seria perfeitamente possível (apenas um pouco de autoelogio: Hartwig B. estava entre eles).

<sup>5</sup> Há indícios de que no outono de 2019 os dirigentes aprovaram um percurso para, doravante, desprezar e ignorar qualquer crítica estrangeira, qualquer compromisso próprio anteriormente assumido, qualquer respeito por princípios e valores - à exceção da sua própria política nacionalista e agressiva de superpotência.

## A. Direitos Humanos

A Amnistia Internacional descreve a situação dos direitos humanos na China em 2019 da seguinte forma:

"A situação dos direitos humanos continua a ser marcada por uma repressão sistemática contra a dissidência. O sistema judicial continua a ser flagelado por julgamentos injustos e tortura ou outros maus-tratos em detenção. A China continua a classificar a informação sobre a sua extensa utilização da pena de morte como um segredo de Estado. A repressão conduzida sob o pretexto de "anti-separatismo" ou "anti-terrorismo" continuou a ser particularmente severa na Região Autónoma Uighur de Xinjiang e nas áreas povoadas pelos tibetanos. As autoridades submeteram Uighurs, Cazaques e outros grupos étnicos predominantemente muçulmanos em Xinjiang a vigilância intrusiva, detenção arbitrária e doutrinação forçada."<sup>6</sup>

Esta conclusão encontra o apoio de várias outras organizações da sociedade civil<sup>7</sup> e, surpreendentemente, dos próprios documentos internos do PCC. O Comunicado divulgado sobre o Estado Atual da Esfera Ideológica alerta para os perigosos "valores ocidentais", incluindo a liberdade dos meios de comunicação social e a independência judicial, e proíbe o ensino sobre qualquer destes temas. O documento salienta o controlo da comunicação online e a prevenção de ideias subversivas à regra do partido único.<sup>8</sup>

### Supressão de minorias étnicas

As pessoas de etnia Han constituem mais de 90% da população chinesa, enquanto que os restantes 10% pertencem a uma das outras 55 etnias. O governo chinês promove a assimilação das minorias com a maioria da China, o que ameaça a preservação da cultura, costumes e línguas locais.<sup>9</sup> Infelizmente, existem preocupações ainda maiores.

O governo chinês terá detido mais de um milhão de muçulmanos no que chama "campos de reeducação". A maioria das pessoas que foram arbitrariamente detidas são Uighur, um grupo étnico predominantemente de língua túrquica, principalmente da região noroeste da China de Xinjiang, nunca foram acusadas de crimes e não têm vias legais para contestar as suas detenções. Muitas vezes, o seu único crime é serem muçulmanos, dizem grupos de direitos humanos, acrescentando que muitos Uighurs foram rotulados como extremistas simplesmente por praticarem a sua religião.<sup>10</sup> Os tibetanos, cujo território foi

---

<sup>6</sup> <https://www.amnesty.org/en/countries/asia-and-the-pacific/china/>

<sup>7</sup> <https://www.hrw.org/world-report/2020/country-chapters/china-and-tibet> A China tem um desempenho particularmente mau na liberdade de imprensa, onde só tem melhor desempenho do que a Coreia do Norte, Turquemenistão e Eritreia, de acordo com os Repórteres sem Fronteiras: [https://rsf.org/en/ranking\\_table](https://rsf.org/en/ranking_table)

<sup>8</sup> <https://www.chinafile.com/document-9-chinafile-translation> O Comunicado sobre o Estado Atual da Esfera Ideológica, também conhecido como "Documento Nº 9", é um documento interno do PCC que começou a circular pouco depois da ascensão de Xi ao poder. Dentro do documento, os quadros do partido são advertidos sobre os perigos, os direitos democráticos e humanos que representam para a sobrevivência do PCC.

<sup>9</sup> <https://www.hrw.org/news/2020/04/15/tibet-its-crime-even-talk-about-value-mother-tongue-education>

<sup>10</sup> As razões para a detenção incluem viajar ou contactar pessoas de qualquer dos vinte e seis países que a China considera sensíveis, tais como a Turquia e o Afeganistão; frequentar serviços em mesquitas; ter mais de três crianças;

violentamente ocupado e anexado pela RPC, também vivem sob forte escrutínio e repressão e são limitados na expressão da sua cultura, particularmente em relação à sua religião.<sup>11</sup>

## Repressão política dos defensores dos direitos humanos, jornalistas e outros

O espaço para os defensores dos direitos humanos (DDH) realizarem livremente o seu trabalho na China continua a diminuir. As autoridades sujeitam sistematicamente os defensores dos direitos humanos a vigilância, assédio, intimidação, detenção e prisão. Muitos ativistas e defensores dos direitos humanos são processados sob acusações vagas e demasiado amplas, tais como "subverter o poder do Estado", "incitar à subversão do poder do Estado" e "provocar discussões e provocar distúrbios". Muitos são mantidos incomunicáveis por suspeita de envolvimento em crimes de segurança do Estado. Esta forma de detenção permitiu à polícia deter indivíduos suspeitos de tais crimes durante até seis meses num local desconhecido fora do sistema de detenção formal, negando aos suspeitos o acesso a aconselhamento jurídico ou às suas famílias. Os familiares dos DDH estão sujeitos a vigilância policial, assédio e restrições à sua liberdade de circulação.<sup>12</sup>

## Hong Kong

Em 1997, Hong Kong, então um território da coroa britânica, foi transferida de volta para a China e integrada como Região Administrativa Especial da RPC. As negociações entre o Reino Unido e a RPC garantiram ao povo de Hong Kong pelo menos 50 anos de certas liberdades políticas e económicas, incluindo a liberdade de expressão, a liberdade de reunião, a liberdade de voto e relações comerciais internacionais benéficas. Estes compromissos estão registados na Declaração Conjunta Sino-Britânica, que é apresentada na ONU como um tratado internacional, e resultou na política de "Um país, dois sistemas".<sup>13</sup>

A 30 de junho de 2020, o governo central da RPC promulgou a lei de segurança nacional de Hong Kong, contornando assim a legislatura de Hong Kong. Esta lei limita significativamente as liberdades do povo de Hong Kong que foram originalmente garantidas pela China e pelo Reino Unido em 1997. A promulgação desta lei constitui uma grave violação da política "Um País, Dois Sistemas" e da Declaração Conjunta Sino-Britânica. Isto mostra o desrespeito do PCC pelo direito

---

enviar textos contendo versos do Alcorão; usar um véu; e visitar websites estrangeiros.

<https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23452&LangID=E> |

<https://www.cfr.org/backgrounder/chinas-repression-uighurs-xinjiang#:~:text=More%20than%20a%20million%20Muslims,the%20government's%20crackdown%20on%20Uighurs.&text=The%20Chinese%20government%20has%20reportedly,million%20Muslims%20in%20reeducation%20camps> |

<https://www.nytimes.com/interactive/2019/11/16/world/asia/china-xinjiang-documents.html>,

<https://www.amnesty.org/en/latest/news/2018/08/china-systematic-repression-of-ethnic-minorities-laid-bare-in-un-findings/>

<sup>11</sup> <https://www.hrw.org/news/2000/06/13/human-rights-violations-tibet>

<sup>12</sup> <https://www.amnesty.org/en/countries/asia-and-the-pacific/china/report-china/>

<sup>13</sup> [https://treaties.un.org/Pages/showDetails.aspx?objid=08000002800d4d6e&clang=\\_en](https://treaties.un.org/Pages/showDetails.aspx?objid=08000002800d4d6e&clang=_en)

internacional e as legítimas exigências do povo de Hong Kong por um modo de vida democrático.

## Estrangeiros

O governo chinês é altamente sensível às críticas e reprime sistematicamente as vozes que considera indesejáveis. A prática mostra que os estrangeiros, particularmente os de etnia chinesa, não estão a salvo de perseguições. Por exemplo, o cidadão sueco Gui Minhai está presentemente detido na China sem acesso a apoio consular. Além disso, o governo chinês afirma que este revogou "voluntariamente" a sua nacionalidade sueca e solicitou a restauração da sua nacionalidade chinesa.<sup>14</sup>

Mais ainda, a detenção arbitrária na China dos cidadãos canadianos Michael Kovrig e Michael Spavor, em resposta à prisão domiciliária do executivo da Huawei Meng Wanzhou, demonstra que o governo chinês está pronto a utilizar reféns diplomáticos, se necessário.<sup>15</sup>

Isto mostra que indivíduos de qualquer país, incluindo europeus, estão em risco de serem arbitrariamente detidos na RPC por exercerem o seu direito à liberdade de expressão fora da China.

## A universalidade dos direitos humanos

Internacionalmente, o PCC contesta a universalidade dos direitos humanos, deslocando o foco para os direitos económicos e promovendo o princípio da soberania: os direitos individuais são vistos como menos importantes e os países não devem interferir nos "assuntos internos" uns dos outros. Fá-lo porque considera os direitos individuais uma ameaça ao seu regime.<sup>16</sup> O PCC tem cada vez mais sucesso com esta abordagem em fóruns multilaterais, incluindo nas Nações Unidas.<sup>17</sup> Esta abordagem não só apoia a legitimidade do regime do PCC

---

<sup>14</sup> O cidadão sueco Gui Minhai está, desde 2015, sob custódia chinesa por ter trabalhado numa livraria de Hong Kong que vende obras que criticam o PCC. O governo chinês não permite que funcionários consulares suecos visitem Gui, porque dizem que este renunciou à sua nacionalidade sueca em troca da cidadania chinesa. O paradeiro de Gui é desconhecido, exceto para o governo chinês.

<sup>15</sup> O porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros da China, Zhao Lijian, disse a 24 de junho de 2020, que os juízes canadianos decidiram o destino de Kovrig e Spavor ('除了你提到的有关报道·我们也看到·23日, 康明凯妻子接受采访时称·加拿大司法部长有权在任何时刻终止孟晚舟的引渡程序·这样做符合法治·也有利于解决两位加拿大公民的问题').

<sup>16</sup> Documentos internos do PCC mostram a sua opinião de que os princípios e direitos democráticos são incompatíveis com a continuidade do regime do PCC: <https://www.chinafile.com/document-9-chinafile-translation>

<sup>17</sup> A China é bem sucedida neste esforço. Exemplos: Mais de 50 países enaltecem a Lei de Segurança no Conselho de Direitos Humanos da ONU (liderados por Cuba) e mais de 50 países enaltecem a política de segurança da China em Xinjiang (liderados pela Bielorrússia). A China também tenta incorporar uma linguagem ambígua que parece inocente, mas que, na realidade, se afasta dos valores democráticos que são a base da comunidade internacional (por exemplo, "uma comunidade de futuro partilhado para a humanidade").

na China, como também encoraja os líderes autoritários noutros países.<sup>18</sup>

## Políticas Recomendadas

O Volt reconhece que os direitos humanos são universais e inalienáveis, indissociáveis, interdependentes e interligados. São universais porque todos nascem e possuem os mesmos direitos, independentemente do local onde vivem, do seu sexo ou da sua origem religiosa, cultural ou étnica.<sup>19</sup> O Volt contesta a alegada contradição entre direitos económicos e políticos e rejeita o argumento de que os governos podem limitar os direitos humanos com base na soberania nacional.

Assim, a Europa deve:

1. Considerar a segurança e os direitos dos seus cidadãos no estrangeiro como uma prioridade máxima e, se necessário, utilizar a pressão diplomática e económica para pressionar os governos estrangeiros a respeitar a proteção legal de que gozam os cidadãos da UE ao abrigo do direito internacional.<sup>20</sup>
2. Instaurar um regime de sanções específicas com o qual possa sancionar os infratores dos direitos humanos, congelar os seus bens e proibir a sua entrada na UE, bem como os seus parentes que beneficiem das referidas violações dos direitos humanos.<sup>21</sup>
3. Colaborar com o governo chinês para promover os direitos humanos que o PCC considera menos controversos, incluindo os direitos de género e os direitos económicos.
4. Fornecer uma plataforma às vítimas de violações dos direitos humanos para se manifestarem e apoiá-las na sua busca por justiça.

Em resposta à situação em Hong Kong, deve:

- a. Impor medidas restritivas a pessoas e organizações que ponham em perigo as liberdades do povo de Hong Kong;
- b. Trabalhar com o Reino Unido na procura por compensações legal contra

---

<sup>18</sup> O atual governo da RPC está a promover um modelo alternativo de governação, que é maioritariamente autocrático e difere do modelo democrático almejado pela UE. No ano passado, a União Europeia publicou um documento de visão estratégica no qual rotulava a China como um "rival sistémico", o que reflete uma mudança brusca no seu equilíbrio de pressupostos sobre a relação sino-europeia. [https://www.ecfr.eu/publications/summary/the\\_meaning\\_of\\_systemic\\_rivalry\\_europe\\_and\\_china\\_beyond\\_the\\_pandemic](https://www.ecfr.eu/publications/summary/the_meaning_of_systemic_rivalry_europe_and_china_beyond_the_pandemic)

<sup>19</sup> <https://www.unfpa.org/resources/human-rights-principles>

<sup>20</sup> A pressão diplomática inclui, mas não se limita a, a expulsão de diplomatas e a suspensão da colaboração e/ou diálogo. A pressão económica inclui sanções específicas e a restrição do acesso das empresas estatais do respetivo governo ao mercado da UE.

<sup>21</sup> Os alvos de sanções podem incluir indivíduos, empresas e organizações governamentais. A inspiração pode ser extraída do US Magnitsky Act, <https://www.state.gov/global-magnitsky-act/>

o governo da RPC;

c. Abster-se de extraditar indivíduos para Hong Kong quando o pedido possa ter motivações políticas ou quando a extradição possa levar a uma violação dos direitos humanos do suspeito;

d. Oferecer aos cidadãos de Hong Kong formas fáceis de se estabelecerem na Europa;

Usar a sua influência diplomática e económica para recuar contra quaisquer tentativas da RPC ou de outros Estados de minar a universalidade dos direitos humanos.

## B. Clima

A participação da China na concretização dos objetivos do Acordo de Paris é vital. A China emite mais gases de efeito estufa do que qualquer outro país do mundo (27% das emissões globais) e é o maior consumidor mundial de carvão. O potencial ganho ambiental e climático é, portanto, enorme. Os objetivos climáticos da China são menos ambiciosos do que os da Europa; pelo contrário, invoca o seu estatuto de país em desenvolvimento para argumentar em defesa de "responsabilidades comuns, porém distintas". A Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) da China, apresentada ao abrigo do Acordo de Paris, estipula que as emissões de gases com efeito de estufa atingirão o seu pico em 2030 e diminuirão posteriormente, enquanto que em 2030 a intensidade carbónica por unidade do PIB terá diminuído em 60-65% em comparação com 2005. O Climate Action Tracker rotula a NDC da China como uma contribuição "altamente insuficiente" para o esforço de limitar o aquecimento global a 2 graus Celsius.<sup>22</sup>

A adaptação climática, em particular, é um grande desafio no qual a China e a Europa devem unir esforços. Afinal, a China já está a sentir os efeitos das alterações climáticas. A par das medidas internas, a China poderia também desempenhar um papel mais importante na promoção da adaptação climática internacional. A capacidade de expansão da China é também de grande importância para alcançar os objetivos climáticos.

O combate às alterações climáticas no interior da RPC é uma luta difícil. Por um lado, o mundo mostra-se chocado quando um estudo de 2019 mostra um aumento de CFC-11 causado pela produção de gás na China.<sup>23</sup> Por outro lado, um grande número de

---

<sup>22</sup> <https://climateactiontracker.org/countries/china/> Para se tornar ambientalmente neutra, a China deve reduzir drasticamente a sua utilização de carvão. O desenvolvimento contínuo das energias renováveis - a China estabeleceu um alvo de 20% de energias renováveis até 2030 - pode desempenhar um papel neste contexto. A China é simultaneamente o maior consumidor mundial de carvão e o maior produtor de energia renovável - por isso a escolha que faz, a nível interno e externo, entre a tecnologia do passado e o futuro renovável, terá um efeito duradouro sobre a capacidade do mundo de limitar o aquecimento global. <https://www.government.nl/documents/policy-notes/2019/05/15/china-strategy-the-netherlands--china-a-new-balance>

<sup>23</sup> <https://www.bbc.com/news/science-environment-48353341> O CFC-11 é um produto químico que foi proibido a



intervenientes da sociedade civil, na sua maioria a nível local, tentam desesperadamente alcançar um progresso gradual, bem como ONGs internacionais (como a Greenpeace, a WWF e a Friends of the Earth) que estão ativas na RPC e em Hong Kong. Todos eles precisam e merecem apoio.

### Políticas Recomendadas

1. A fim de combater mais eficazmente as alterações climáticas, o Volt apela ao governo chinês para que atinja o seu pico de emissões antes de 2030 e alcance a neutralidade climática líquida até 2050, de acordo com a meta da UE. Ambos os lados devem cooperar nestas questões.
2. O Volt apela à UE para que aplique um imposto de carbono aos produtos importados da China e de outros países não pertencentes à UE.<sup>24</sup>
3. O Volt apoia a cooperação contínua e alargada com a China sobre alterações climáticas, energias renováveis, economia circular, mobilidade sustentável e tecnologia ambiental.
4. O Volt apela à Europa para que apoie as ONGs ambientais e ativistas para promover a sensibilização e o conhecimento das alterações climáticas entre os cidadãos chineses.

## C. Europa

As ações de interferência externa por parte do PCC ameaçam a segurança dos europeus e minam a unidade europeia. Estas ações - através das quais o governo chinês pretende controlar a forma como os europeus falam, pensam e agem sobre a China - são indesejáveis, uma vez que minam valores fundamentais, tais como a liberdade de expressão e outras liberdades básicas.<sup>25</sup>

---

partir de 1987 e que deverá ser gradualmente eliminado até 2010, devido ao seu elevado perigo para a camada de Ozono. O documento parece confirmar para além de qualquer dúvida razoável que cerca de 40-60% do aumento das emissões provém de províncias da China Oriental - aparentemente sem controlo.

<sup>24</sup> Esta recomendação deriva do Mapa Europeu de Políticas.

<sup>25</sup> A China tem várias formas de tentar tornar o mundo mais "amistoso com a China", por exemplo, através do silenciamento de vozes críticas. Ao fazê-lo, tende a concentrar-se em setores como a política e o governo, os meios de comunicação, o meio académico e as comunidades chinesas no estrangeiro. A China emprega uma mistura coordenada de métodos abertos e encobertos, utilizando uma vasta gama de intervenientes, incluindo empresários, diplomatas, estudantes e agentes dos serviços secretos. O serviço de inteligência holandês AIVD observou que a China tenta influenciar opiniões e publicações sobre o seu próprio país através de instituições educacionais e de conhecimento. O risco aqui é que isto possa criar uma dependência, por exemplo quando a investigação é financiada pelo país em questão ou se concentra em desenvolvimentos nesse país e requer viagens para esse país. Algo semelhante aplica-se aos jornalistas. Por exemplo, as autoridades podem ameaçar reter autorizações de trabalho se as publicações dos jornalistas não forem bem-vindas. A AIVD relata também que a China está preparada para influenciar e pressionar os seus nacionais e ex-cidadãos que emigraram. Alguns grupos são visados porque divulgam informações que desagradam à China. Outros grupos, pelo contrário, apoiam ativamente os objetivos do PCC.

Um exemplo recente desta estratégia é a tentativa do governo chinês de melhorar a sua imagem em relação à COVID-19: promove uma narrativa que questiona a origem do vírus em Wuhan, elogia a resposta do governo chinês ao surto e critica a dos governos estrangeiros (democráticos).

Um instrumento importante nesta estratégia são os Institutos Confúcio, cuja sede era formalmente conhecida como Hanban. Para ocultar o seu caráter de entidade governamental, o seu nome foi alterado para Centro de Educação e Cooperação Linguística em julho de 2020.<sup>26</sup> Um plano anterior afirmava que até ao final de 2020 haverão cerca de mil Institutos Confúcio em todos os continentes. Em alguns casos surgiram controvérsias, tendo alguns institutos sido encerrados pelos respetivos países anfitriões (por exemplo, a Suécia em 2020).

O PCC reforça a sua influência através da cooptação de representantes de grupos étnicos minoritários, movimentos religiosos, meios de comunicação (de língua chinesa) e grupos empresariais, científicos e políticos. Reivindica o direito de falar em nome desses grupos e utiliza-os para reclamar legitimidade. Os europeus que resistem a estas operações de influência ou criticam o PCC correm o risco de serem intimidados por agentes do Estado chinês, particularmente da diáspora chinesa.<sup>27</sup>

Muitos cidadãos e residentes europeus dependem dos serviços de comunicação chineses para interagir entre si e entre amigos e parentes na China. Estes serviços incluem o WeChat, Weibo, Tiktok e Baidu Search, que pertencem a gigantes informáticos chineses como o Baidu, Alibaba, Tencent e Bytedance. Para cumprir as leis de segurança chinesas, estas empresas censuram conversas privadas de utilizadores na China e no estrangeiro através de algoritmos sofisticados. Além disso, várias fontes afirmam que milhões de conversas do WeChat realizadas dentro e fora da China são assinaladas, recolhidas e armazenadas diariamente numa base de dados ligada a agências de segurança pública na China,<sup>28</sup> o que concede ao governo chinês acesso indesejável à informação digital de cidadãos e residentes europeus.

Funcionários da RPC, trolls da Internet (五毛党) e *bots* estão cada vez mais ativos em plataformas de meios de comunicação social em língua inglesa para difundir informação errónea. Estes esforços são empreendidos para reformular o panorama global das notícias com uma narrativa amiga da China. Isto engana os utilizadores dos meios de comunicação social e cria a impressão de que a China e as decisões do seu governo gozam de apoio generalizado.

Os desafios acima mencionados minam a coesão social, exacerbam a tensão racial,

---

<sup>26</sup> <https://en.wikipedia.org/wiki/Hanban>

<sup>27</sup> Os Uighurs que vivem na Alemanha, Holanda, Finlândia, Suécia e França queixaram-se de intimidação por parte de Pequim, sendo alguns deles cidadãos europeus. <https://www.theguardian.com/world/2019/oct/17/think-of-your-family-china-threatens-european-citizens-over-xinjiang-protests>

<sup>28</sup> <https://www.npr.org/2019/08/29/751116338/china-intercepts-wechat-texts-from-u-s-and-abroad-researcher-says?t=1595409037879>, <https://www.bbc.com/news/blogs-china-blog-48552907>, [https://techcrunch.com/2018/04/30/chinese-government-admits-collection-of-deleted-wechat-messages/?guccounter=1&guce\\_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xLmNvbS8&guce\\_referrer\\_sig=AQAAADbillDyKGVvLlsvJgNJTWdJmnxY5OYiYFJeDsK2aiHLSpzgQMXm-Ins4jT6SE5EPUeIqjW4NnvSGWRMjNPwEclVkdhW-TGrm0Ge1FIE1NGBJSTZHjw639X8YPOvrSj0\\_tpO\\_ZKyBw2jCTBDpRD36gyCRdGS3sSa6U0BVkC\\_yqt](https://techcrunch.com/2018/04/30/chinese-government-admits-collection-of-deleted-wechat-messages/?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xLmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAADbillDyKGVvLlsvJgNJTWdJmnxY5OYiYFJeDsK2aiHLSpzgQMXm-Ins4jT6SE5EPUeIqjW4NnvSGWRMjNPwEclVkdhW-TGrm0Ge1FIE1NGBJSTZHjw639X8YPOvrSj0_tpO_ZKyBw2jCTBDpRD36gyCRdGS3sSa6U0BVkC_yqt), <https://www.cnbc.com/2020/05/08/tencent-wechat-surveillance-help-censorship-in-china.html>

influenciam a política, prejudicam a integridade dos meios de comunicação social, facilitam a espionagem e aumentam a transferência de tecnologia sem supervisão.<sup>29</sup>

Finalmente, a RPC usa a sua influência nas relações bilaterais com os estados membros da UE para minar a unidade europeia. A cooperação entre a China e os países da Europa Central e Oriental, bem como o *Belt and Road Forum*, é uma plataforma para exercer a sua influência.

Para além de todos os processos políticos mencionados, Volt Europa acredita que um intercâmbio cultural profundo que se realiza através de contacto humano direto é muito importante. Através desta abordagem pessoal, os cidadãos da Europa e da China podem conhecer-se melhor uns aos outros e construir um entendimento para as suas respetivas culturas. Assim, o Volt apela a uma expansão significativa dos programas de intercâmbio para alunos e estudantes com a China. O intercâmbio também de profissionais ativos fomenta um maior entendimento entre a Europa e a China. A flexibilização das restrições de vistos permite ainda mais estes intercâmbios culturais entre os povos da Europa e da China.

## Políticas Recomendadas

A Europa deverá:

1. Exigir que as plataformas de Internet chinesas garantam a liberdade de expressão e o direito à privacidade dos seus utilizadores europeus. Caso contrário, deverá resultar na retirada da sua licença comercial.<sup>30</sup>
2. Fazer depender as autorizações de funcionamento das empresas chinesas de comunicação social, instituições culturais e outras organizações da Frente Unida da reciprocidade, o que significa que as organizações europeias, incluindo as agências governamentais, os meios de comunicação social e as ONG devem gozar do mesmo espaço operacional na China, incluindo a liberdade de expressão, que os seus homólogos chineses na Europa.<sup>31</sup>
3. Para contrariar as operações de influência chinesa:<sup>32</sup>
  - a. Reconhecer e compreender o problema através da realização de estudos e do desenvolvimento da capacidade analítica no setor público e privado;
  - b. Desenvolver orientações e políticas de alto nível no combate à

---

<sup>29</sup> O PCC fá-lo através do seu sistema de frente unida, uma análise exaustiva da qual é feita pelo Instituto Australiano de Política Estratégica. Alex Joske, "The Party Speaks For You" <https://www.aspi.org.au/report/party-speaks-you>

<sup>30</sup> Isto implica (1) que o conteúdo da mensagem não pode ser censurado quando tal entra em conflito com o direito à liberdade de expressão, (2) que a informação do utilizador não pode ser partilhada com governos estrangeiros quando tal entra em conflito com o direito à privacidade e ao GDPR, e (3) que isto se aplica tanto aos cidadãos europeus como aos residentes, tanto dentro como fora das fronteiras da UE. A incapacidade de aderir a estes requisitos resulta na revogação de licenças de exploração. O direito à liberdade de expressão pode ser legalmente limitado ao abrigo do direito internacional, mas tais limitações estão condicionadas a uma série de controlos e equilíbrios legais.

<sup>31</sup> Com respeito pela liberdade de expressão tal como garantida pela Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

<sup>32</sup> Do relatório 'The Party Speaks For You', <https://www.aspi.org.au/report/party-speaks-you>

interferência estrangeira, emitindo declarações, documentos políticos e financiamento para o estabelecer como uma prioridade em todas as áreas relevantes da administração pública;

c. Aumentar a consciencialização quanto ao trabalho de frente unida e à interferência estrangeira;

d. Criar um ambiente favorável à transparência e à vontade de processar os agentes de interferência;

e. Proteger aqueles que expõem interferências;

f. Envolver-se com as universidades para desenvolver respostas a questões relacionadas, tais como a monitorização e mobilização pelo governo chinês de associações de estudantes, transferência de tecnologia, coerção económica, censura e atos de espionagem;

g. Apoiar e envolver as comunidades da diáspora chinesa;

h. Construir conhecimentos especializados sobre a China, o povo chinês, o PCC e a interferência estrangeira;

i. Negar vistos ou expulsar agentes chineses de interferência estrangeira que prejudiquem a democracia europeia.

4. Conceder ao Serviço Europeu de Ação Externa um mandato mais amplo para manter relações baseadas em valores com a RPC e contrariar as tentativas da RPC de minar a unidade da UE, incluindo nas relações bilaterais e nas plataformas internacionais.

5. Facilitar e financiar o intercâmbio pessoal e cultural com a China a todos os níveis, dos cidadãos aos governos, das escolas às organizações.<sup>33</sup> Ao iniciar e enquadrar uma tal variedade de contactos, a UE deve assegurar uma representação plena de toda a sociedade em todos os encontros e processos. A flexibilização das restrições em matéria de vistos permitirá estes intercâmbios.

6. Os representantes do Volt na UE e nos parlamentos nacionais são encorajados a propor recomendações políticas deste documento com colegas deputados.

## D. Cooperação para o Desenvolvimento

A RPC considera-se um modelo para outros países, particularmente para os países em desenvolvimento. Ao assumir o perfil de "mentora" dos países em desenvolvimento, a China pode reivindicar mais influência nas estruturas multilaterais em nome deste grupo.<sup>34</sup> Os países africanos mostram-se regularmente dispostos a apoiar a China politicamente. Devido ao sucesso da China em retirar da pobreza mais de 800 milhões de pessoas em apenas 20 anos, muitos países em desenvolvimento consideram a China e o seu modelo de desenvolvimento um exemplo apelativo.

---

<sup>33</sup> Com exceção do intercâmbio de pessoal de segurança, tais como as forças policiais e militares.

<sup>34</sup> A China refere-se ocasionalmente a isto como Cooperação Sul-Sul.

Este facto desempenha um papel importante nas relações políticas e económicas que estes países têm com a China. É difícil obter informações precisas sobre o financiamento das operações chinesas nos países em desenvolvimento, dado que nem sempre é tornado público e porque a definição de financiamento para o desenvolvimento da China difere da dos financiadores ocidentais segundo as regras da OCDEDAC. O que é geralmente verdade é que a ajuda e o comércio chineses estão intimamente ligados: aquilo a que a China chama "ajuda" consiste geralmente em projetos económicos financiados por empréstimos (a juros baixos), realizados por empresas chinesas.<sup>35</sup> Grande parte do financiamento para o desenvolvimento da China consiste em empréstimos comerciais concedidos por bancos chineses. Além disso, mais de 90% do financiamento para o desenvolvimento concedido pela China é concedido bilateralmente, com apenas uma parte limitada a assumir a forma de subvenções.<sup>36</sup>

As ações da China nos países em desenvolvimento são motivadas por interesses próprios, por exemplo: o seu desejo de assegurar os seus interesses económicos e a sua necessidade de matérias-primas.<sup>37</sup> As matérias-primas podem ser trazidas para a China através de portos e outras infraestruturas construídas patrocinadas pela China.<sup>38</sup>

Embora as provas sugiram que os empréstimos da China estão a impulsionar o desenvolvimento de África,<sup>39</sup> também aumentam a dívida dos países africanos, que por vezes têm dificuldade em reembolsá-los.<sup>40</sup> Como a China não é transparente quanto aos seus empréstimos, outros investidores não podem estimar devidamente o peso da dívida dos países e podem estar relutantes em conceder empréstimos. Pelo contrário, a China tem informações sobre empréstimos concedidos por outros credores, uma vez que é um participante ad hoc no Clube de Paris.

---

<sup>35</sup> A abordagem abrangente da China é exemplificada pela linha férrea Addis Ababa-Djibouti, que entrou em serviço comercial regular em 2018. Financiada pela China, construída por empresas chinesas e gerida até 2023 por operadores chineses, é a primeira ferrovia transfronteiriça totalmente eletrificada em África, proporcionando à Etiópia, sem acesso ao mar, um serviço barato e rápido de importar matérias-primas e exportar bens acabados. Esta linha de abastecimento passa através porto de Doraleh no Djibuti, que foi também construído pela China e é complementado pela primeira base militar ultramarina da China.

<sup>36</sup> Becky Carter, 'A Literature Review on China's Aid' (2017), K4D Helpdesk Report, Brighton, UK: Institute of Development Studies

<sup>37</sup> Investiu fortemente em países africanos ricos em matérias-primas, que representam a maior parte das suas importações de África: 95% em 2017. ITC (2018) 'Trade Map: list of products imported by China'.

<https://www.trademap.org>

<sup>38</sup> A China está envolvida no financiamento da construção de novos portos e infraestruturas terrestres ao longo de toda a linha costeira do continente africano. Breuer, J. (2017) 'Two Belts, One Road?: The Role of Africa in China's Belt & Road Initiative', Blickwechsel, July 2017, Stiftung Asienhaus

<sup>39</sup> Por exemplo, através da construção de infraestruturas, investimento e criação de emprego. As empresas que criam emprego acompanham o governo e os investimentos chineses em infraestruturas têm contribuído para o crescimento económico em vários países em desenvolvimento. Mesmo países com más classificações de crédito podem obter empréstimos e investimentos da China, bem como moeda forte através da exportação de matérias-primas. Will Chinese Development Projects Pave the Way for Inclusive Growth?, Brookings: Future Development (11 September 2018). <https://www.brookings.edu/blog/future-development/2018/09/11/will-chinese-development-projects-pave-the-way-to-inclusive-growth/>

<sup>40</sup> De acordo com o FMI, a China tem mais empréstimos pendentes nestes países do que o Banco Mundial, os membros do Clube de Paris e os bancos de desenvolvimento regional juntos. Há dez anos, a quota-parte da China no seu endividamento era ainda insignificante. Uma série de países pobres altamente endividados estão de novo em sérias dificuldades devido a um peso de dívida insustentável. IMF (2018), 'Figure 1.17. Rising Vulnerabilities and More Complex Creditor Composition', in Global Financial Stability Report April 2018: A Bumpy Road Ahead.

Estima-se que quase 30% dos empréstimos são suportados por garantias sob a forma de mercadorias, que podem ser qualquer coisa de valor estratégico para a China, incluindo recursos, minas e portos.<sup>41</sup> A ajuda e empréstimos vinculados da China limitam todo o potencial de desenvolvimento dos países africanos através dos seus setores de produção.

A Europa continua a ser o principal parceiro de África, especialmente no que diz respeito à economia e ao comércio, ao desenvolvimento sustentável e à segurança. No entanto, a influência chinesa em África está a crescer em resultado da utilização coordenada de instrumentos diplomáticos, financeiros, económicos e militares.<sup>42</sup> Em particular, os países africanos são levados pela atitude empresarial da China e pela sua reivindicação de que esta atua em respeito pela soberania de outros países. Também estabelece menos condições para a sustentabilidade, boa governação e direitos humanos, o que prejudica o desenvolvimento da democracia.

Uma vez que as empresas chinesas omitem estas salvaguardas e beneficiam de ajuda estatal e garantias financeiras, são frequentemente mais flexíveis e capazes de fornecer mais rapidamente do que as suas homólogas europeias. Além disso, a estreita interligação entre o Estado chinês e a comunidade empresarial contribui para esta situação desigual.<sup>43</sup>

A maioria dos projetos de investimento da China enquadram-se na iniciativa da Nova Rota da Seda (*Belt and Road Initiative* - BRI).<sup>44</sup> Xi Jinping revelou este projeto multimilionário em 2013 e definiu-o como o seu principal programa de políticas.<sup>45</sup> Com a BRI, o governo chinês pretende reconstruir a antiga Rota da Seda e melhorar a ligação económica da China com a Ásia, África e Europa. Até à data, 138 países assinaram um memorando de entendimento que apoia a BRI, incluindo 17 Estados-Membros da UE. O governo chinês apresenta a BRI como um projeto de investimento que proporciona aos países beneficiários o acesso a investimentos, enquanto a China assegura o seu acesso ao mercado estrangeiro.<sup>46</sup> As dimensões estratégicas são minimizadas,

---

<sup>41</sup> Um exemplo notável é o de Hambantota, um porto importante no Sri Lanka. Quando o governo já não podia pagar os empréstimos chineses, foi obrigado a transferir o controlo maioritário do porto para a RPC em 2017. Em 2019, o governo do Sri Lanka anunciou que tentaria desfazer o arrendamento do porto por 99 anos e regressar ao calendário original de reembolso do empréstimo. George Friedman & Xander Snyder, 'How China Benefits from African Debt' (28 January 2018), *Mauldin Economics* <https://www.mauldineconomics.com/this-week-in-geopolitics/how-china-benefits-from-african-debt>

<sup>42</sup> Por exemplo, em 2016 a UE era o maior mercado de exportação de África (116 mil milhões de euros, 35% das exportações africanas, em comparação com apenas 11% para a China). Em 2015, os stocks de IDE da Europa em África totalizaram 310 mil milhões de euros, em comparação com 35 mil milhões de euros de stocks de IDE para a China. No entanto, não é possível falar de "África" como um todo. Os países africanos são diferentes, tal como a relação com e entre a UE e a China. A extensão da importância económica de um país africano para a China e para a UE parece desempenhar um papel neste contexto. Sven Grim & Christina Hackenesch, 'China in Africa: What Challenges for a Reforming EU Development Policy? Illustrations from Country Cases', *Development Policy Review* 35 (4), 2016.

<sup>43</sup> As autoridades chinesas dispõem de amplos fundos e de ajuda estatal que garante que as empresas podem concentrar-se em objetivos a longo prazo, com menos necessidade de retornos a curto prazo. Os referidos objetivos a longo prazo é que nem sempre são claros.

<sup>44</sup> Os projetos da BRI recebem financiamento do Fundo da Rota da Seda, financiado pela China e pelo Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura.

<sup>45</sup> O significado da BRI é indicado pela sua integração no documento constitucional do PCC em 2017, tornando-se assim obrigatória.

<sup>46</sup> "Cooperação *win-win*" é um termo que o governo chinês utiliza em relação à BRI e à sua política externa mais

cuidadosamente ocultadas ou categoricamente negadas, mas é evidente que a BRI se destina principalmente a servir os interesses económicos, políticos e diplomáticos da RPC e a aumentar a sua influência internacional.

Através da criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB), a RPC ganhou mais espaço para se envolver em operações multilaterais de desenvolvimento.<sup>47</sup> O AIIB tem atualmente 82 membros, incluindo países da Europa Ocidental.<sup>48</sup>

## Políticas Recomendadas

O Volt apoia os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 e acredita que os ODS devem ser alcançados respeitando o ambiente, a paz, a justiça e a igualdade de género.<sup>49</sup>

Por conseguinte, o Volt apela à Europa que:

1. Encoraje a China a respeitar as regras e normas da OCDE-CAD sobre boa governação, proteção ambiental e direitos individuais, incluindo através da cooperação trilateral em projetos de cooperação para o desenvolvimento;
2. Utilize a adesão de Estados-membros da UE ao AIIB para promover o respeito pelas referidas regras e normas em projetos do AIIB<sup>50</sup>
3. Inicie e participe em projetos de desenvolvimento sustentável que liguem a Europa à Ásia, tais como a *Partnership on Sustainable Connectivity and Quality*;
4. Evite apoiar a BRI enquanto os seus projetos não atingirem o mínimo de normas de sustentabilidade sobre a viabilidade económica e ambiental;
5. Reforce a narrativa europeia e adote uma abordagem mais eficaz para o compromisso diplomático europeu em África e noutros países em desenvolvimento parceiros, tendo em mente a ampla relação existente;
6. Alavanque o estatuto da Europa como a maior fonte de financiamento de cooperação para o desenvolvimento para aumentar o apoio internacional aos princípios democráticos.

---

vasta.

<sup>47</sup> Organizações como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento colocam desafios ao governo chinês, uma vez que a influência de nações democráticas como os EUA e o Japão é relativamente grande.

<sup>48</sup> A adesão de países da Europa Ocidental é notável considerando que nenhum coopera com a China em projetos BRI.

<sup>49</sup> Tal como referido no Mapa Europeu de Políticas.

<sup>50</sup> Com a Alemanha a representar o quarto maior acionista do AIIB.



## E. Cadeias de abastecimento, desigualdade comercial, tecnologia e 5G

A economia da China foi principalmente complementar à do Ocidente nas décadas de 1980 e 1990: as empresas e consumidores ocidentais beneficiaram da mão-de-obra e produtos relativamente baratos da China e de uma maior variedade de escolha. Nos últimos 20 anos, contudo, a China evoluiu para um forte concorrente e importante interveniente no campo da tecnologia, o que também se reflete no seu elevado orçamento de I&D, publicação de artigos científicos e pedidos de patentes.<sup>51</sup> Hoje, a China e a Europa são o maior e o segundo maior parceiro comercial um do outro, respetivamente.<sup>52</sup>

A competição é boa na medida em que ajuda a cortar custos e a impulsionar o progresso tecnológico, mas isso apenas se aplica se todos forem jogadores justos e cumprirem as regras do jogo. A China é culpada de práticas comerciais que distorcem a igualdade de condições e restringem o acesso ao mercado.<sup>53</sup> Há também preocupações sobre a forma como a China lida com o ambiente, os direitos humanos, os direitos no trabalho e a privacidade. Por exemplo, a rápida ascensão das plataformas digitais está a colocar um grande desafio à aplicação da legislação da UE sobre dados, privacidade e segurança dos produtos. A garantia dos direitos dos consumidores, empregados, empresários e do público em geral é crucial. Finalmente, existem motivos geopolíticos questionáveis por detrás da expansão económica da China.<sup>54</sup>

Nas últimas décadas, a China tornou-se a segunda maior economia mundial.<sup>55</sup> No entanto, o crescimento económico da China está a estabilizar, os salários estão a aumentar e questões internas como o envelhecimento da população e o ambiente requerem a plena atenção dos seus decisores políticos. A China está numa procura urgente de um modelo sustentável para o futuro, que dependa mais do consumo interno e de um crescimento de alta qualidade. A China estabeleceu o objetivo de se tornar um dos países mais inovadores do mundo até 2030 e procura ser a principal superpotência

---

<sup>51</sup> O orçamento de I&D da China aumentou quase dez vezes no período entre 2001 e 2017, atingindo 410 mil milhões de dólares em 2017. O montante investido em I&D na UE nesse mesmo ano foi de 350 mil milhões de dólares. A China é o maior país do mundo em termos de número de artigos científicos publicados e de pedidos de patentes. Na China são apresentados duas vezes mais pedidos de patentes do que nos EUA, e quase dez vezes mais do que na Europa. Embora a grande maioria dos pedidos de patentes na China sejam apenas nacionais e ainda estejam atrasados em termos de qualidade, o enorme aumento é indicativo de uma transição para uma economia de conhecimento intensivo, centrada na tecnologia e inovação. OECD, 'Gross domestic spending on R&D' (indicator) (2019). doi: 10.1787/d8b068b4-en.

<sup>52</sup> Em 2019, a China foi o terceiro maior parceiro para as exportações de bens da UE (9% do total das exportações extra-UE) e o maior para as importações de bens da UE (19% do total das importações extra-UE).

<https://ec.europa.eu/eurostat/web/products-eurostat-news/-/DDN-20200320-1>

<sup>53</sup> Exemplos incluem a ajuda estatal indesejável e a transferência forçada e imprópria de tecnologia. Esta é a conclusão de um inquérito da Câmara de Comércio Europeia: a comunidade empresarial queixa-se de estar a encontrar cada vez mais obstáculos regulamentares quando faz negócios com a China e que mais de metade das empresas se sente obrigada a transferir tecnologia. Motion by MPs Bente Becker and Mustafa Amhaouch on combating China's unfair trade practices (2018), Motion #21501-02-1882.

<sup>54</sup> Os seus investimentos em infraestruturas físicas e setores de tecnologia de ponta no estrangeiro são um exemplo.

<sup>55</sup> Este sucesso deve-se a reformas institucionais que facilitaram o empreendedorismo, em combinação com baixos salários, investimento em infraestruturas, estímulo às exportações e um setor financeiro que proporciona crédito sem muitas condições.



científica e tecnológica, completamente autossuficiente, até 2049.<sup>56</sup> Até agora, esta abordagem nem sempre se revelou bem sucedida.<sup>57</sup>

Para o efeito, a China procura tornar-se amplamente independente do Ocidente e segue uma estratégia sofisticada e assertiva para atingir este objetivo. Tal envolve uma combinação de investimento governamental em grande escala em I&D, aquisições de empresas estrangeiras de alta tecnologia e fornecimento de acesso ao mercado chinês em troca de transferência de tecnologia. O governo chinês também se envolve em espionagem cibernética em larga escala para obter acesso ao conhecimento e à tecnologia. O governo chinês pretende não só estimular a inovação, mas também controlar o processo de produção e assegurar as cadeias de abastecimento.<sup>58</sup>

A China aderiu à OMC como país em desenvolvimento em 2001, sob condições rigorosas. Esperava-se que a sua adesão trouxesse reformas e abrisse a sua economia, mas estas expectativas não foram, em grande parte, satisfeitas. Na prática, a China ainda protege o seu mercado de todas as formas através de regras informais e requisitos de conteúdo local.<sup>59</sup> Também não existe, de forma alguma, igualdade de condições. Isto também se aplica às operações chinesas em mercados terceiros.

As autoridades chinesas estão estreitamente envolvidas nas empresas chinesas, tanto estatais como privadas. Isto perturba a igualdade de condições de concorrência de várias formas. Enquanto que a UE impõe requisitos rigorosos aos auxílios estatais, as empresas privadas chinesas têm fácil acesso a financiamento e subsídios baratos. A China é responsável por um terço de todo o crédito público à exportação a nível mundial.<sup>60</sup> Parece improvável que estas práticas terminem num futuro próximo. Como se pode ver no seu documento de posição sobre a reforma da OMC, a China preferiria concentrar os

---

<sup>56</sup> O programa "Made in China 2025", que dá prioridade a dez setores da economia, destina-se a assegurar que a China possa fazer grandes avanços tecnológicos entre agora e 2025.

<sup>57</sup> Embora aparentemente coerente e abrangente, implica um elevado risco de ineficiência económica. Isto é ilustrado por cidades fantasmas chinesas e um gasoduto entre a China e Myanmar que funciona apenas a um terço da capacidade. O atraso na implementação do MiC2025 mostra claramente os problemas que enfrenta; as autoridades chinesas já começam a considerar o MiC2035. O retorno geopolítico do investimento da China é ainda incerto também. Entretanto, a montanha de dívida da China está a crescer, e os seus acordos de crédito representam um risco para a sua estabilidade financeira e, conseqüentemente, económica.

<sup>58</sup> Para este fim, a China está a formular requisitos e normas sobre qualidade e sustentabilidade. O seu objetivo é assegurar que até 2025 70% dos produtos dos dez setores estratégicos sejam fabricados na China.

<sup>59</sup> O acesso ao mercado na China é limitado por todos os tipos de requisitos de conteúdo local, tais como a obrigação de entrar numa empresa conjunta com uma empresa local ou de nomear diretores chineses. A China também discrimina as empresas estrangeiras ao conceder licenças e os seus procedimentos de aquisição opacos dificultam a sua obtenção de contratos públicos. A China não aderiu ao Acordo sobre Compras Governamentais (GPA) da OMC. A proteção e aplicação da PI também é difícil na China. O combate a estas práticas através de litígios é moroso e pouco transparente. A UE e os EUA também já apresentaram várias queixas na OMC. Embora a China cumpra frequentemente as decisões judiciais em teoria, na prática as coisas tendem a correr de forma diferente. A China anunciou recentemente reformas para abrir ainda mais os mercados, mas estas provam frequentemente ser lentas e seletivas. Uma insegurança ainda maior reside no "Sistema de Crédito Social", que determina os créditos pessoal e empresarial com base em critérios ambíguos, inclusivamente de dimensão política.

<sup>60</sup> A concessão de crédito público à exportação pela China fora dos quadros internacionais aplicáveis (o Convénio sobre créditos à exportação que beneficiam de apoio oficial) é equivalente à concessão de um subsídio proibido ao abrigo do Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC (ASCM). Como as negociações com a China no âmbito do Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação (IWG) não foram bem sucedidos desde a sua criação em 2012, a China continuará também a contornar os acordos internacionais destinados a assegurar a igualdade de condições para os exportadores holandeses e outros exportadores de bens de capital.

seus esforços na redução dos subsídios à exportação agrícola dos países desenvolvidos do que na redução dos subsídios industriais e das empresas estatais. Outros fatores que perturbam a igualdade de condições são as práticas de dumping da China e o seu estatuto de país em desenvolvimento no seio da OMC.<sup>61</sup> A China indicou que não deseja renunciar ao seu estatuto de país em desenvolvimento, o que lhe dá direito a um tratamento especial e diferenciado. Espera-se que as empresas europeias adiram às diretrizes da OCDE sobre emprego, direitos humanos, responsabilidade da cadeia de abastecimento, ambiente e proteção do consumidor, que muitas vezes não se aplicam às empresas chinesas. Embora a China tenha endurecido a sua legislação ambiental, a sua aplicação é inadequada e as empresas estrangeiras parecem estar sujeitas a um controlo mais rigoroso. A China está também a tornar-se cada vez mais assertiva quando se trata do desenvolvimento e adoção de normas técnicas de produtos, por exemplo para 5G no âmbito da União Internacional de Telecomunicações. Um país ou bloco comercial que consiga definir normas técnicas internacionais pode dar à sua própria economia uma grande vantagem competitiva.

A China tem uma economia controlada centralmente, que envolve a estreita interligação entre o poder político e militar, por um lado, e o desenvolvimento económico e tecnológico, por outro. Em situações em que a China considera que os seus interesses geopolíticos prevalecem sobre os seus interesses económicos, a dependência unilateral representa riscos estratégicos para a Europa. Um exemplo recente e revelador disto é a ameaça do PCC aos Países Baixos de parar a venda de máscaras faciais durante o surto de COVID-19, depois desse país ter alterado o nome do seu escritório em Taiwan.<sup>62</sup>

Como os setores civil e militar estão muitas vezes estreitamente interligados na China, a exportação de bens estratégicos para a China requer uma consideração particularmente cuidadosa. É difícil excluir antecipadamente a possibilidade dos bens originalmente destinados a uso civil também serem utilizados para fins militares, particularmente no caso de produtos de tecnologia de ponta.

## 5G

Dois fatores são importantes quando se considera o envolvimento de fornecedores chineses como a Huawei e a ZTE na rede 5G da Europa. O primeiro gira em torno dos benefícios de ter um novo sistema de infraestrutura moderno e acessível, que tem o potencial de dar um grande impulso ao desenvolvimento da Europa. O segundo fator é que, em última análise, qualquer empresa chinesa não tem outra escolha senão cumprir as exigências do PCC.

Por conseguinte, as alegações da Huawei de que opera independentemente do PCC e garantias de que não partilhará o acesso às suas redes ou dados dos seus clientes com o governo chinês não são fidedignas. Contudo, não é claro até que ponto a Huawei e a ZTE têm acesso a informação sensível através do equipamento que vendem aos operadores

---

<sup>61</sup> O estatuto da China como economia de mercado é relevante aqui. Embora a China não tenha recebido imediatamente o estatuto de economia de mercado (EEM), esperava-se que evoluísse rapidamente para uma economia de mercado segundo as linhas ocidentais. Isto reflete-se nos acordos feitos nessa altura sobre a aquisição do estatuto de economia de mercado por parte da China. Estes acordos significam que formalmente o estatuto de EEM já não pode ser retido, embora na realidade não exista uma economia de mercado livre na China. Esta questão legal é importante porque as leis anti-dumping e anti-subsídios são aplicáveis de forma diferente das economias de mercado.

<sup>62</sup> <https://www.taiwannews.com.tw/en/news/3925556>

de redes móveis europeus.

Independentemente disso, o facto de o fornecedor europeu imediato de primeira escolha 5G não ser europeu mostra que existe um fosso tecnológico setorial entre a Europa e a China e que é necessário um esforço maior para colmatar esta lacuna. A autonomia estratégica da rede é crucial na era moderna.

### **Políticas Recomendadas**

O Volt apela à Europa que:

1. Celebre um acordo abrangente sobre investimento com a China para alcançar a igualdade de acesso ao mercado para as empresas europeias na China.
2. Acelere a implementação do instrumento de aquisições internacionais para impedir que as empresas que recebem subsídios estatais estrangeiros participem em concursos europeus.
3. Exija a todas as empresas chinesas que operam na Europa que adiram às normas de transparência e aceitem uma governação aberta da sua empresa e filiais na Europa.
4. Consiga, o mais rapidamente possível, uma autonomia estratégica em relação à China, particularmente no que diz respeito a bens essenciais, tais como fornecimentos médicos e materiais raros.
5. Diversifique as cadeias de abastecimento, criando incentivos para as empresas investirem em mercados fora da RPC, inclusive explorando oportunidades de concluir ACLs baseados em valores com a ASEAN, Índia, Taiwan e outros países;
6. Monitorize cuidadosamente a atividade das empresas chinesas de Internet e assegure o seu respeito pelos direitos e liberdades dos europeus, incluindo o direito à privacidade.
7. Desencoraje o governo e as empresas chinesas de se envolverem em espionagem empresarial, incluindo através da denúncia e divulgação de ciber-criminosos identificados.
8. Impeça a exportação de quaisquer produtos de conhecimento para a China quando estes também possam ser aplicados militarmente.
9. Assegure a independência da infraestrutura tecnológica europeia, privilegiando os fornecedores europeus de tecnologia e serviços em relação à concorrência da China e outros regimes autocráticos, especificamente no que diz respeito ao desenvolvimento do 5G.

## F. Mar da China Meridional



### *Mar da China Meridional: pretensões chinesas e ilhas disputadas*<sup>63</sup>

O Mar da China Meridional é uma zona cada vez mais contenciosa, sobretudo graças às ações agressivas da China. As reivindicações de soberania da China sobre o Mar (e aos 11 mil milhões de barris de petróleo e 190 biliões de pés cúbicos de gás natural por explorar) antagonizaram os seus adversários, Brunei, Indonésia, Malásia, Filipinas, Taiwan e Vietname.<sup>64</sup>

Na última década, a China criou ilhas artificiais no Mar da China Meridional e nelas construiu instalações (militares),<sup>65</sup> o que foi recebido com a oposição dos países vizinhos com reivindicações territoriais sobrepostas.

As ações agressivas e as reivindicações ilegais da China e a militarização do Mar da China Meridional alimentam tensões regionais,<sup>66</sup> o que, por sua vez, ameaça a segurança do fluxo de uma série de rotas marítimas internacionais de importância global e altamente ocupadas.

A RPC não tem fundamentos jurídicos para impor unilateralmente a sua vontade à região. Pequim não tem oferecido qualquer base jurídica coerente para a sua reivindicação da "Linha das Nove Raias" no Mar da China Meridional desde que a

<sup>63</sup> <https://www.dw.com/en/south-china-sea-what-you-need-to-know/a-40054470>

<sup>64</sup> Além de assediar frequentemente navios vietnamitas, a China tem vindo a invadir as águas da Malásia. Entre 2016 e 2019, os militares chineses invadiram até 89 vezes as águas de Sabah e Sarawak, na Malásia, no Mar da China Meridional. A China está também a provocar a Indonésia ao invadir as águas em torno das Ilhas Natuna. <https://www.eia.gov/international/overview/world> | <https://www.pbs.org/newshour/world/5-things-didnt-know-south-china-sea-conflict> | <https://thediplomat.com/2020/07/chinas-self-inflicted-wounds-in-the-south-china-sea/>

<sup>65</sup> Mais recentemente, em abril de 2020, "o Conselho de Estado da China anunciou a sua decisão de estabelecer dois novos distritos na cidade de Sansha, uma cidade a nível da prefeitura (地级市) com sede na Ilha Woody que governa a maior parte das reivindicações territoriais da China no Mar da China Meridional (...) Este ajustamento estrutural irá melhorar o controlo administrativo da China sobre o Mar da China Meridional e poderá introduzir uma nova dinâmica de elaboração de políticas". <https://amti.csis.org/sansha-and-the-expansion-of-chinas-south-china-sea-administration/>

<sup>66</sup> <https://edition.cnn.com/2020/06/07/asia/china-malaysia-indonesia-south-china-sea-intl-hnk/index.html>

anunciou formalmente em 2009. Numa decisão unânime de 12 de julho de 2016, um Tribunal Arbitral constituído ao abrigo da Convenção sobre a Lei do Mar de 1982 - da qual a RPC é um Estado signatário - rejeitou as reivindicações marítimas da RPC como não tendo qualquer base no direito internacional. O Tribunal apoiou diretamente as Filipinas, que interpuseram o processo arbitral, em quase todas as reivindicações. Como especificamente previsto na Convenção, a decisão do Tribunal Arbitral é definitiva e juridicamente vinculativa para ambas as partes. O governo chinês não reconhece a sentença.

### **Políticas Recomendadas**

O Volt alinha a sua posição sobre as reivindicações marítimas da RPC na SCS com a decisão do Tribunal. Especificamente:

1. A RPC não pode legalmente fazer valer uma reivindicação marítima - incluindo quaisquer reivindicações da Zona Económica Exclusiva (ZEE) derivadas do Recife de Scarborough e das Ilhas Spratly - em relação às Filipinas, em áreas que o Tribunal considerou estarem na ZEE das Filipinas ou na sua plataforma continental;
2. Como Pequim não apresentou uma reivindicação marítima legal e coerente no Mar da China Meridional, o Volt rejeita qualquer reivindicação da RPC sobre águas para além de um mar territorial de 12 milhas náuticas derivado de ilhas que reivindica nas Ilhas Spratly (sem prejuízo das reivindicações de soberania de outros Estados sobre tais ilhas);
3. A RPC não tem qualquer reivindicação territorial ou marítima legítima para (ou derivada de) James Shoal, um elemento totalmente submerso apenas a 50 milhas náuticas da Malásia e a cerca de 1.000 milhas náuticas da costa da China;
4. O Volt insta a Europa a apoiar os Estados do Sudeste Asiático na proteção dos seus direitos soberanos sobre os recursos offshore, de acordo com os seus direitos e obrigações ao abrigo do direito internacional. Estamos ao lado da comunidade internacional na defesa da liberdade dos mares e do respeito pela soberania e rejeitamos qualquer impulso para impor "o poder faz o direito" no Mar da China Meridional ou na região mais vasta;
5. A Europa deve demonstrar o seu respeito pelo direito internacional conduzindo Operações de Liberdade de Navegação no Mar da China Meridional, tanto quanto possível com os países com os mesmos interesses.

## G. Taiwan

Taiwan é uma ilha ao largo da costa sul da China que tem sido governada desde o século XVII por diferentes governos estrangeiros. Taiwan tem sido governada democraticamente por representantes do povo taiwanês desde os anos 90. Desde então, a democracia de Taiwan assistiu a várias transições pacíficas de poder e recentemente floresceu em termos de direitos civis com a legalização do casamento homossexual, sendo o primeiro país asiático a fazê-lo.<sup>67</sup> Taiwan alberga cerca de 23 milhões de pessoas e é uma potência económica com uma significativa indústria de semicondutores. O seu governo intitula-se "República da China" (ROC), remanescente da guerra civil chinesa.

A RPC utiliza razões históricas para reivindicar a soberania sobre Taiwan para assegurar o controlo das rotas marítimas estratégicas e para alimentar o nacionalismo chinês a nível interno. Os Estados só podem manter relações diplomáticas com a RPC se aderirem à chamada "política de uma só China", o que os impede de estabelecer relações diplomáticas simultaneamente com a RPC e Taiwan. O governo chinês aumentou recentemente a sua pressão sobre Taiwan e a sua presença internacional, convencendo muitos dos parceiros diplomáticos de Taiwan a porem termo às suas relações com Taiwan, vetando a participação de Taiwan em organizações internacionais, e com a ameaça de anexação militar da ilha.

Os partidos políticos de Taiwan têm opiniões diferentes sobre o estatuto da ilha e as suas relações com a China, mas todos concordam que a soberania de Taiwan pertence ao povo de Taiwan e rejeitam a reivindicação da RPC relativamente à ilha. O governo atual de Taiwan, chefiado pela presidente Tsai Ing-wen, rejeita a unificação com a China, mas também se abstém de declarar a independência de Taiwan.<sup>68</sup>

### Políticas Recomendadas

O Volt reconhece a conquista do povo de Taiwan no desenvolvimento e manutenção da sua democracia e reconhece o impacto positivo que Taiwan tem na democracia na sua região. Por conseguinte, o Volt:

1. Apela a todos os governos envolvidos para que resolvam pacificamente os desafios entre Taiwan e a China e se abstenham de usar a força, tal como proibido pela Carta das Nações Unidas;<sup>69</sup>
2. Reconhece a soberania do povo de Taiwan e da China sobre, respetivamente, os territórios controlados pela República da China e os territórios controlados pela República Popular da China;<sup>70</sup>
3. Exorta a Europa a estabelecer relações diplomáticas tanto com os governos da RPC como de Taiwan;<sup>71</sup>

---

<sup>67</sup> Taiwan também tem uma pontuação alta nos índices de liberdade pela Freedom House e pela Repórteres sem Fronteiras. Nos índices mais recentes destas organizações, Taiwan foi o segundo país mais livre da Ásia.

<sup>68</sup> O governo de Taiwan afirma que tal é desnecessário, uma vez que Taiwan já é independente da China.

<sup>69</sup> Artigo 2(4) da Carta das Nações Unidas.

<sup>70</sup> O futuro estatuto do Tibete deve ser determinado pacificamente, sem pressões por parte do governo da RPC.

<sup>71</sup> O termo "territórios controlados pela República da China" inclui Taiwan, Penghu, Kinmen, Matsu e outras ilhas

4. Apoia a participação de Taiwan em organizações internacionais, incluindo organizações da ONU;
5. Exorta a Europa a facilitar e financiar o intercâmbio pessoal e cultural com Taiwan a todos os níveis, dos cidadãos aos governos, das escolas às organizações.

## H. Futuro da China

Os cinco mil anos de história da China estão repletos de dinastias, governantes e sistemas políticos que se esperava, nas respetivas épocas, que durassem eternamente. No entanto, todos estes viram o seu fim após golpes, rebeliões, revoltas e revoluções. Embora o povo chinês seja hoje incapaz de usufruir de muitos direitos fundamentais, situações como os protestos a nível nacional em 1989 mostram que existe a possibilidade de democracia na China.<sup>72</sup>

Tais explosões de ativismo cívico mostram que uma futura China livre pertence ao reino das possibilidades. Os 92 milhões de membros do PCC têm opiniões diferentes, têm atitudes políticas contraditórias, discordam de estratégias e são leais a diferentes líderes partidários além de Xi Jinping. Muitas mais mentes críticas estão presentes entre a população em geral e o número de ações de protesto público ousadas ascende a dezenas de milhares por ano. Mesmo que não sejam visíveis para o mundo exterior, todas estas fricções existem e resultarão em mudanças, mais cedo ou mais tarde.

Não é claro se estes atritos irão simplesmente mudar a face do sistema autoritário do PCC ou se irão iniciar um processo de reformas políticas mais profundas. O mundo exterior parece não desempenhar atualmente um papel significativo neste processo.

---

atualmente controladas pelo governo taiwanês, de acordo com o direito internacional. Um julgamento no Tribunal Permanente de Arbitragem num caso entre a RPC e as Filipinas sobre o Mar da China Meridional questionou a reivindicação de Taiwan sobre Itu Aba/Taiping devido ao facto de não estar classificado como ilha ao abrigo do direito internacional. A "República Popular da China" inclui a China continental, Hong Kong e Macau. O governo da RPC não pode dar-se ao luxo de romper relações diplomáticas com a Europa, uma vez que é o seu maior parceiro comercial e as relações sino-americanas continuam carregadas. Há precedentes para manter relações diplomáticas com governos que têm reivindicações territoriais sobrepostas, incluindo a Coreia do Norte/Sul, a Alemanha Ocidental/Oriental e o Vietname do Norte/Sul.

<sup>72</sup> Apenas dois exemplos: em 1978/79 houve o "Muro da Democracia" (西单民主墙) em Pequim, onde pessoas de todos os estratos sociais colocaram cartazes sobre questões políticas e sociais. O mais famoso e influente foi intitulado "A Quinta Modernização" de autoria do dissidente Wei Jingsheng, que afirmou que a liberalização política e a democratização eram essenciais para o desenvolvimento da China. Pouco depois, a liderança do PCC começou a experimentar uma maior democratização nas eleições locais em grande parte dos quase um milhão de aldeias. Muitas vezes, dois ou mais candidatos competiam. Algumas vezes o candidato do PCC era derrotado - e noutras tantas o PCC manipulava as eleições ou anulava resultados indesejados. Mas os cidadãos das aldeias gostaram - e provaram que os processos democráticos podem funcionar na China.

## Políticas Recomendadas

A democratização da China seria não só um feito histórico para o próprio país, mas também imensamente benéfico para o mundo. Uma comunidade internacional onde três grandes potências (Europa, China e EUA) colaborassem com base em valores para desenvolver a justiça e prosperidade internacionais marcaria o início de uma era de paz e estabilidade.

Por conseguinte, o Volt apela a Europa a:

1. Estimular o governo chinês a implementar reformas democráticas internas, bem como ratificar e cumprir os tratados internacionais de direitos humanos;
2. Colaborar com e apoiar os movimentos progressistas na RPC;<sup>73</sup>
3. Apoiar o estabelecimento de uma liga de nações democráticas para conceber soluções democráticas para os desafios globais, incluindo em relação à China;<sup>74</sup>
4. Os representantes do Volt na UE e nos parlamentos nacionais são encorajados a aderir à Aliança Interparlamentar sobre a China, um grupo internacional interpartidário de deputados que trabalha para a reforma da abordagem dos países democráticos em relação à China;<sup>75</sup>
5. Os membros do Volt, particularmente aqueles com conhecimento e experiência sobre a China, devem continuar o seu diálogo sobre a China para permitir ao Volt sugerir respostas políticas europeias viáveis e eficazes.

---

<sup>73</sup> Oito partidos políticos menores para além do PCC são legalmente permitidos. Mas não têm qualquer papel independente, uma vez que são forçados a entrar na "Frente Unida" (统一战线; 統一戰線), que é controlada pelo Partido Comunista e utilizada para promover os seus interesses.

<sup>74</sup> <https://foreignpolicy.com/2020/06/10/g7-d10-democracy-trump-europe/>

<sup>75</sup> <https://www.ipac.global/>



Título Original: *Europe, China, and the future  
of democracy*

Aprovado em Assembleia-Geral do Volt Europa  
como Iniciativa Política  
Outubro de 2020

Tradução do inglês a cargo do Volt Portugal  
Janeiro de 2021

©Volt Europa A.I.S.B.L.  
Todos os direitos reservados